

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

1) Em relação às fontes do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) São fontes formais exclusivas do direito do trabalho: a lei e os decretos;
- b) São fontes formais exclusivas do direito do trabalho: a sentença normativa, convenção coletiva e acordo coletivo. **CORRETA 2015**
- c) São fontes formais exclusivas do direito do trabalho: os tratados e convenções internacionais
- d) São fontes formais exclusivas do direito do trabalho: as portarias, instruções normativas e outros atos do Poder Executivo.

2) É princípio segundo o qual os fatos, para o Direito do Trabalho, serão sempre mais relevantes que os ajustes formais. Trata-se do princípio:

- a) princípio da proteção;
- b) princípio do *in dubio pro operario*;
- c) princípio da primazia da realidade; **CORRETA 2015**
- d) princípio da continuidade.

3) Considerando o que dispõe o art. 7 da CF/88 em relação aos direitos dos trabalhadores assinale a opção INCORRETA:

- a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: piso salarial proporcional à extensão e a complexidade do trabalho;
- d) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: duração do trabalho normal superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. **CORRETA 2015**

4) Conforme o disposto na CF/88 no tocante aos Tribunais e Juízes do Trabalho, assinale a opção INCORRETA:

- a) Nas varas do trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.
- b) A Lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o Tribunal de Justiça Estadual. **CORRETA 2015**
- c) São órgãos da Justiça do Trabalho: O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- d) O Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região tem jurisdição sobre os Estados do Amazonas e Roraima, com sede em Manaus.

5) Em regra, o recurso cabível das sentenças proferidas

pelos Varas do Trabalho é:

- a) O Recurso de Revista;
- b) A contestação;
- c) Apelação;
- d) Recurso Ordinário. **CORRETA 2015.**

6) Em regra, o prazo para interposição do Recurso Ordinário na Justiça do Trabalho é de:

- a) 5 dias;
- b) 8 dias; **CORRETA 2015.**
- c) 15 dias;
- d) 10 dias.

7) Transitada em julgado a sentença condenatória em reclamatória ajuizada em face da Fazenda Pública, esta é citada para:

- a) Oferecer Embargos à Execução; **CORRETA 2015.**
- b) Oferecer contestação;
- c) Oferecer impugnação;
- d) Para pagar o valor liquidado ou nomear bens à penhora.

DIREITO CIVIL

8) As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em:

- a) são imprescritíveis.
- b) cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. **CORRETA 2015**
- c) três anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem..
- d) dez anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

9) O contrato de empréstimo gratuito de coisas não fungíveis denomina-se:

- a) mútuo;
- b) depósito;
- c) locação;
- d) comodato. **CORRETA 2015**

10) No que diz respeito às disposições previstas no Código Civil em relação ao Mandato, NÃO é correto afirmar:

- a) Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- b) O mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito.
- c) Os atos praticados por quem não tenha mandato são nulos. **CORRETA 2015**
- d) A aceitação do mandato pode ser tácita, e resulta do começo de execução.

11) Em relação à responsabilidade civil é INCORRETO afirmar:

- a) Consideram-se ofensivos da liberdade pessoal: o cárcere privado, a prisão por queixa ou denúncia falsa e de má-fé e a prisão ilegal.
- b) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.
- c) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- d) No caso de homicídio, a indenização consiste exclusivamente na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia. **CORRETA 2015**
- 12) Assinale a alternativa que retrata a natureza jurídica do Mandato:
- a) unilateral, gratuito, consensual, informal, personalíssimo e não solene. **CORRETA 2015**
- b) unilateral, oneroso, formal, personalíssimo e não solene.
- c) bilateral, gratuito, consensual, formal e solene.
- d) bilateral, oneroso, formal e real.
- 13) Assinale a alternativa que retrata a natureza jurídica do contrato de compra e venda:
- a) bilateral, oneroso, comutativo, consensual, formal ou informal e atípico.
- b) bilateral, oneroso, comutativo, consensual, formal ou informal e típico. **CORRETA 2015**
- c) bilateral, oneroso, aleatório, consensual, formal ou informal e típico.
- d) bilateral, oneroso, comutativo, real, formal ou informal e típico.
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL**
- 14) A respeito do Mandado de Segurança e a Lei n.º 12.016/2009, assinale a opção INCORRETA:
- a) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- b) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento.
- c) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- d) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 30 (trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. **CORRETA 2015**
- 15) Assinale a alternativa correta, considerando as disposições legais contidas na Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985):
- a) Os órgãos públicos e as associações privadas poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- b) Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei (7.347/85), objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. **CORRETA 2015**
- c) A ação civil poderá ter por objeto somente a condenação em dinheiro, sendo vedado o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) A sentença civil fará coisa julgada *inter partes*.
- 16) Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.
- a) As demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos de valor pecuniário até sessenta salários mínimos estão incluídas em sua competência, sendo que a decisão proferida pelas Turmas Recursais terá efeito erga **omnes** e estará sujeita a pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas, mas não será cabível o recurso extraordinário.
- b) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, sendo que na audiência de conciliação os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder sessenta salários mínimos desde que as demandas tenham sido ajuizadas até a data da instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública e para lá tenham sido remetidas pela Justiça Comum, nos termos da lei.
- d) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor que é limitado a 40 salários mínimos, quanto aos Estados e ao Distrito Federal, e 30 salários mínimos, quanto aos Municípios, ou aos valores que forem estabelecidos na lei do respectivo ente da Federação. **CORRETA 2015**
- 17) A jurisdição representa uma atividade estatal voltada à composição dos conflitos de interesses. No Brasil, uma das características fundamentais da jurisdição é a:
- a) inércia; **CORRETA 2015**
- b) diametricidade;
- c) eleição direta;
- d) dualidade;
- 18) José e Pedro celebraram contrato de compra e venda a prestação de um veículo. Tendo Pedro deixado de pagar as prestações, José moveu ação de cobrança e Pedro, ação de rescisão de contrato, por vício redibitório. Nesse caso, há, entre as ações propostas,
- a) coisa julgada.
- b) conexão. **CORRETA 2015**
- c) afinidade que não acarreta conexão, litispendência ou continência.
- d) litispendência..
- 19) De acordo com o Código de Processo Civil, durante a suspensão do processo:

- a) é proibida a prática de qualquer ato processual, sem exceção.
b) podem ser praticados todos os atos processuais que não digam respeito ao que tiver dado causa à suspensão.
c) é defesa a prática de qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável. **CORRETA 2015**
d) não pode o juiz extinguir o processo por ausência das condições da ação.

20) No tocante à capacidade de ser parte, o Código de Processo Civil

- a) só a reconhece para advogados.
b) a reconhece para alguns entes que não possuem personalidade jurídica. **CORRETA 2015**
c) só a reconhece para as pessoas absoluta ou relativamente incapazes, porque elas devem estar representadas ou assistidas.
d) só a reconhece para as pessoas físicas, porque as pessoas jurídicas devem ser representadas por um administrador.

21) Em relação aos recursos, examine os seguintes enunciados:

I. O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, como regra geral.

II. A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer, considerando-se aceitação tácita a prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer.

III. A sentença pode ser impugnada no todo ou em parte.

IV. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

V. Para que o recorrente possa desistir do recurso é imprescindível a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III, IV e V.
b) I, II, III e IV.
c) I, II, IV e V.
d) II, III e IV. **CORRETA 2015**

22) Quanto aos recursos no processo civil, é correto afirmar, EXCETO:

- a) O agravo retido independe de preparo.
b) Da sentença caberá apelação.
c) Cabem embargos de declaração quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.
d) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz que proferiu a decisão interlocutória. **CORRETA 2015**

23) O fato notório deverá ser provado mediante:

- a) confissão.
b) documento público.
c) perícia.
d) independe de prova. **CORRETA 2015**

DIREITO CONSTITUCIONAL

24) Em sede de controle difuso de constitucionalidade, que ocorre pela via incidental e que se provoca por via de exceção ou defesa podemos afirmar o seguinte:

- a) Somente pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados
b) Sempre deve ser observada a regra da cláusula de reserva de plenário.
c) A competência do Senado para suspender a execução do ato normativo declarado inconstitucional pelo STF, independe do referido ato ser federal, estadual, distrital ou municipal. **CORRETA 2015**
d) Segundo entendimento dominante do STF a competência do Senado para suspender a execução do ato normativo declarado inconstitucional é vinculada.

25) Em relação ao controle difuso-incidental de constitucionalidade podemos afirmar que a competência do Senado Federal para suspender a execução do ato é exercida por meio de:

- a) Resolução; **CORRETA 2015**
b) Decreto legislativo;
c) Portaria;
d) Súmula.

26) Em relação aos legitimados universais no controle de concentrado de constitucionalidade é correto afirmar:

- a) São legitimados considerados universais: O Presidente da República, O Governador de Estado e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entre outros.
b) São legitimados considerados universais: O Presidente da República, entidades de classe de âmbito nacional, Partido Político com representação no Congresso Nacional e a Mesa do Senado Federal entre outros.
c) São legitimados considerados universais: O Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Confederação sindical e a Mesa do Senado Federal entre outros.
d) São legitimados considerados universais: O Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Partido Político com representação no Congresso Nacional e a Mesa do Senado Federal entre outros. **CORRETA 2015**

27) Assinale a alternativa CORRETA em relação às ações diretas de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- a) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é recorrível por meio de agravo.
b) Em face da natureza objetiva do processo de controle

- abstrato da constitucionalidade, as ações diretas de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade não têm natureza dúplice.
- c) A decisão final sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei ou ato normativo impugnado somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros. **CORRETA 2015**
- d) Em regra a decisão que acolhe a ação declaratória e reconhece a constitucionalidade da lei ou do ato normativo federal produz eficácia *ex nunc*.
- 28) A petição inicial indicará, entre outros requisitos, a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação. A assertiva acima destacada, refere-se:
- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;
b) Ação Direta de Inconstitucionalidade;
c) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão;
d) Ação Declaratória de Constitucionalidade. **CORRETA 2015**
- 29) Na medida em que o art. 24 da Constituição da República atribui competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre as matérias ali relacionadas, é possível afirmar que:
- a) caso inexistir lei da União a respeito das matérias referidas no art. 24, os demais entes exercerão a competência legislativa plena; **CORRETA 2015**
b) todos os entes federados referidos no art. 24 podem legislar livremente sobre as matérias ali relacionadas;
c) os Estados e o Distrito Federal somente podem legislar sobre as matérias previstas no art. 24 caso sejam autorizados em lei complementar editada pela União;
d) a União pode editar lei exaurindo a disciplina normativa das matérias previstas no art. 24;
- 30) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- a) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico. **CORRETA 2015**
b) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
c) Registros públicos.
d) Desapropriação.
- 31) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:
- a) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
b) Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
c) Propaganda comercial. **CORRETA 2015**
d) Proteção à infância e à juventude.
- 32) Considerando a disciplina constitucional brasileira,
- assinale a alternativa correta:
- a) Toda deliberação legislativa deve, em regra, ser tomada pela maioria absoluta de votos.
b) Não há deliberação legislativa sem que ao menos a maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional se faça presente. **CORRETA 2015**
c) A proposta de Emenda à Constituição deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.
d) As leis ordinárias são aprovadas por maioria absoluta.
- 33) A Constituição Federal de 1988 é classificada quanto à estabilidade como:
- a) flexível;
b) rígida; **CORRETA 2015**
c) imutável;
d) semi-rígida.
- DIREITO ADMINISTRATIVO**
- 34) É INCORRETO afirmar, conforme a Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992).
- a) Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo primeiro da Lei de Improbidade.
b) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
c) A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
d) A perda da função pública e a perda dos direitos políticos pode ocorrer antes do trânsito em julgado. **CORRETA 2015.**
- 35) Assinale a alternativa que contém afirmação INCORRETA:
- a) A responsabilidade civil do Estado pela integridade física dos detentos tem natureza objetiva.
b) Tem cunho subjetivo a responsabilidade civil do Estado pela prestação de serviço médico-hospitalar na rede pública, quando a mesma é delegada a terceiro. **CORRETA 2015.**
c) É quinquenal o prazo de prescrição para a propositura de ação de indenização por ilícito extracontratual contra a Fazenda Pública.
d) O termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de indenização contra ato do Estado ocorre no momento em que constatada a lesão e os seus efeitos, conforme o princípio da *actio nata*.
- 36) Sobre a servidão administrativa, é correto afirmar que ela:
- a) impõe uma obrigação de fazer.

- b) representa uma obrigação pessoal.
c) constitui direito real de uso sobre coisa alheia, em favor de entidade pública ou delegada, com finalidade pública.

CORRETA 2015

- d) retira a propriedade do particular.

37) Sobre as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, é correto afirmar que:

a) estão sujeitas ao controle administrativo e financeiro pelos órgãos da Administração Direta, pelo que são alcançadas pelo instituto da tutela. **CORRETA 2015**

b) podem ser extintas ou transformadas por meio de decreto.

c) não se sujeitam ao controle do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

d) por serem pessoas jurídicas de direito privado, não podem figurar como sujeito passivo de atos de improbidade administrativa.

38) Sobre a proibição da prática de nepotismo, é correto afirmar que:

a) a vedação do nepotismo exige a edição de lei formal que coíba a sua prática.

b) é necessária a prova de vínculo de amizade ou troca de favores entre o nomeante e o nomeado para a caracterização do nepotismo.

c) a Súmula Vinculante n. 13, do Supremo Tribunal Federal, esgotou todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública.

d) ressalvada situação de fraude à lei, a nomeação de parentes para cargos públicos de natureza política não configura nepotismo na Administração Pública. **CORRETA 2015**

39) Assinale a alternativa correta sobre o poder de polícia:

a) Ele é passível de delegação a particulares.

b) Tem, como atributos exclusivos, a discricionariedade e a coercibilidade.

c) Inexiste vedação constitucional para que pessoas administrativas de direito privado possam exercê-lo na sua modalidade fiscalizatória. **CORRETA 2015**

d) Qualifica-se como atividade positiva da Administração.

40) Entre as alternativas abaixo apresentadas, aponte aquela que NÃO representa um vício de desvio de poder na atividade administrativa:

a) A exoneração, de ofício, de ocupante de cargo comissionado ao qual se atribui a prática de falta grave. **CORRETA 2015**

b) A remoção de servidor fundada em justificativa genérica e subjetiva da presença de interesse público.

c) A remoção desmotivada de servidor concursado, pelo administrador público.

d) A concessão de alvará à casa de prostituição para funcionamento como discoteca ou danceteria.

41) João foi aprovado em concurso público de provas e títulos dentro do número de vagas, sendo nomeado, empossado e entrado em exercício na Administração

Pública do Estado de Roraima. Nessa situação hipotética João está submetido a qual regime:

a) celetista;

b) especial de direito administrativo;

c) contratual;

d) Estatutário. **CORRETA 2015**

42) Em tema de concurso público assinale a alternativa correta, segundo entendimento sumulado e jurisprudencial dominante:

a) O STJ tem entendido que candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previstas em edital, possui direito líquido e certo à nomeação; **CORRETA 2015**

b) Candidatos aprovados em concurso público fora do número de vagas tem direito subjetivo à nomeação;

c) O STF tem entendido que a nomeação tardia a cargo público em decorrência de decisão judicial gera direito à indenização;

d) O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público, conforme entendimento sumulado do STJ.

43) É correto afirmar que além dos princípios expressos no caput do art. 37 da Constituição Federal, a Administração Pública também se orienta pelos seguintes princípios:

a) legalidade, autotutela, indisponibilidade, continuidade dos serviços públicos e segurança jurídica.

b) supremacia do interesse público, autotutela, indisponibilidade, publicidade e continuidade dos serviços públicos.

c) supremacia do interesse público, autotutela, indisponibilidade, continuidade dos serviços públicos e segurança jurídica. **CORRETA 2015**

d) supremacia do interesse público, eficiência, indisponibilidade, continuidade dos serviços públicos e segurança jurídica.

DIREITO TRIBUTÁRIO

44) Conforme o que dispõe a CF/88 em relação ao ICMS, assinale a alternativa INCORRETA:

a) será não cumulativo.

b) poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

c) em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

d) em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interna, quando o destinatário for contribuinte do imposto. **CORRETA 2015**

45) Em relação à obrigação tributária assinale a alternativa correta:

a) A obrigação tributária é principal e acessória. **CORRETA 2015**

- b) A obrigação principal não surge com a ocorrência do fato gerador.
c) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador.
d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em decreto.

46) Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao sujeitos e capacidade da obrigação tributária:

- a) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir seu cumprimento.
b) Sujeito passivo da obrigação principal é pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
c) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam seu objeto.
d) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais. **CORRETA 2015**

47) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- a) a compensação;
b) a moratória; **CORRETA 2015**
c) a transação;
d) a isenção.

48) Excluem o crédito tributário:

- a) a isenção e a anistia. **CORRETA 2015**
b) o pagamento e a compensação.
c) a prescrição e a decadência.
d) a remissão e o parcelamento.

49) Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar do Estado, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público. **CORRETA 2015**
b) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, exceto a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
c) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, inclusive os relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
d) estabelecer tributos sobre templos de qualquer culto, independente de incidirem sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais dessas entidades.

50) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, que incidirão sobre:

- a) as operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior.

- b) o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios. **CORRETA 2015**
c) as operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica
d) as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

QUESTÃO SUBJETIVA:

- 1) Elabore um texto dissertativo a respeito das condições da ação de acordo com a teoria geral do processo.